

**HABEAS CORPUS Nº 493.046 - SP (2019/0040245-2)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE : RICARDO RODRIGUES MARTINS**  
**ADVOGADO : RICARDO RODRIGUES MARTINS - SP243063**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : GEOVANNI DIAS NUNES (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de HABEAS CORPUS, com pedido de liminar, na qual se pretende, em síntese, a concessão de ordem, inclusive de imediato, para a revogação de decisão segregatória de GEOVANNI DIAS NUNES, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO no julgamento do HC n. 2001140-74.2019.8.26.0000.

Nesta via, o impetrante afirma que a manutenção da custódia cautelar não apresentou fundamentação idônea, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, tendo sido apontada apenas a gravidade abstrata do delito para referendar a prisão preventiva.

Alega, ainda, que o acusado é primário e possui residência fixa, predicanos que lhe permitiriam responder a ação penal em liberdade.

Requer, desse modo, a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, com a expedição de alvará de soltura.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do *habeas corpus* para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**.

Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita, circunstância que impede o seu conhecimento.

Contudo, compulsando-se os autos, ao menos em um juízo perfunctório, verifica-se que as teses levantadas na inicial merecem melhor exame, a fim de, no momento processual devido, verificar-se a possibilidade de atuação de ofício deste Superior Tribunal.

Não obstante, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto há fundamentação apta para a denegação da ordem mandamental e manutenção da prisão cautelar, a bem da ordem pública, consoante é possível inferir do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ fl. 39):

*"Verifica-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante, já que teria transportado, com a finalidade de entrega a consumo de terceiros, drogas, consistentes em 61 (sessenta e uma) porções de **cocaína**, pesando **36,6g** (trinta e seis gramas e seis decigramas) de massa líquida, acondicionadas em eppendorfs ; 37 (trinta e sete) porções de cocaína, em forma de **crack**, pesando **7,6g** (sete gramas e seis decigramas) de massa líquida, acondicionadas em*

*invólucros de plástico translúcido; e 84 (oitenta e quatro) porções de **maconha**, pesando **153,8g** (cento e cinquenta e três gramas e oito decigramas) de massa líquida, acondicionadas em invólucros de plástico translúcidos, tudo sem autorização e em desacordo com a determinação legal e regulamentar.*

*Assim, percebe-se que a decisão que indeferiu o pedido de liberdade provisória e converteu a custódia em preventiva não é ilegal, já que embasada em elementos seguros e, ao contrário do alegado, encontra-se suficientemente fundamentada." (grifos nossos)*

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima o paciente.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do *writ*, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo pelo colegiado.

Nesse sentido:

*AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

*1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.*

*2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.*

*3. Agravo interno não conhecido.*

*(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)*

Diante do exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal impetrado e ao Juízo singular, que deverão trazer aos autos notícias atualizadas acerca do andamento da ação penal deflagrada contra o paciente, encaminhando a esta Corte Superior cópia da folha de antecedentes criminais e de eventual sentença proferida e, se houver, senha para acesso ao andamento do respectivo processo, noticiando ainda acerca da respectiva situação prisional.

Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro JORGE MUSSI

Relator

